

ASSOCIAÇÃO

Diretora Helena Rato | Órgão Oficial da Associação Portuguesa de Deficientes



DESTAQUE

Congresso da CNOD repudia pacote laboral e exige igualdade para pessoas com deficiência

n.º 325 | novembro 2025
Trimestral | 0,6€



A 8 de novembro, na Área Metropolitana de Lisboa, ocorreram dois importantes eventos em defesa dos direitos humanos, o 15.º Congresso Nacional das Pessoas com Deficiência e a Marcha Nacional contra o Pacote Laboral. Os participantes no Congresso, que se realizou no Concelho de Oeiras, aprovaram uma moção

de apoio e solidariedade à Marcha Nacional, conscientes de que «quando se restringem ou se anulam direitos humanos a determinados grupos de pessoas, a universalidade dos direitos desaparece, abrindo caminho para a normalização da injustiça que prenuncia o retorno a uma sociedade em que a discriminação, a



exclusão e até a eliminação das pessoas com deficiência eram consideradas práticas aceitáveis». Em particular, o 15.º Congresso manifestou-se contra a proposta governamental de **flexibilização do horário de trabalho, segundo a conveniência da empresa, podendo o horário semanal atingir as 50h, incluindo**

a obrigatoriedade de trabalho noturno ou no final de semana, mesmo para os trabalhadores com filhos de idade inferior a 12 anos e de trabalhadores pais de filhos com deficiência (sem limite de idade).

(continua na pág. 2)

OE 2026 ignora pessoas com deficiência
APD responde
com propostas concretas

p.2

Podcast da APD
O “Será Que Pod?”
já está no ar

p.3

Eleição dos corpos
sociais da APD para
o quadriénio 2025-2028

centrais

XXIV Torneio Internacional de BCR
Lisboa Recebeu
o Melhor do BCR
Nacional e Internacional

p.8

(continuação do texto de capa)

No 15.º Congresso das pessoas com deficiência, organizado pela CNOD, foram analisadas e discutidas 14 questões consideradas prioritárias para os direitos humanos dessas pessoas, a saber: 1- **Igualdade de oportunidades e inclusão**, nos termos dos direitos consagrados pela Constituição da República Portuguesa e pela Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; 2- **Análise da legislação portuguesa em vigor**, na ótica da sua eficácia e pertinência; 3- **Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (ENIPD)**, identificando fatores explicativos da ineficácia da ENIPD e apresentando propostas para a sua correção; 4- **Acessibilidades físicas, de comunicação e informação**, enfatizando a importância da acessibilidade para a independência de vida das pessoas com deficiência; 5- **Educação Inclusiva**, reafirmando que uma sociedade verdadeiramente inclusiva começa com uma escola sem segregação das pessoas com deficiência e que a educação é um elemento fundamental no processo de socialização das pessoas com deficiência; 6- **Direito ao emprego e condições de trabalho**, onde em convergência com a Marcha Nacional se afirmou que para se cumprir este direito as entidades empregadoras devem proporcionar condições de trabalho, incluindo jornadas e salários adequados à autonomia financeira das pessoas com deficiência; 7- **Segurança Social**, propondo-se a valorização do indexante

das prestações sociais, dado o aumento de pobreza entre as pessoas com deficiência; 8- **Vida Independente**, onde se discutiu os diversos contornos deste direito e a correspondente responsabilidade do Estado; 9- **Acesso à saúde e reabilitação**, focando a gravidade do incumprimento do art. 44º da Constituição da República Portuguesa e apresentando um leque de propostas relativas às necessidades específicas das pessoas com deficiência; 10- **Mulheres com Deficiência**, reclamando por políticas públicas capazes de eliminar as discriminações e outras formas de violência que afetam estas mulheres no seu dia a dia; 11- **Direitos sexuais e reprodutivos**, lembrando o direito de todas as pessoas a constituir família, a discussão deste tema centrou-se na condenação de práticas abusivas de discriminação que violentam sobretudo mulheres com deficiência; 12- **Cultura e desporto para uma inclusão plena**, partindo da crítica sobre as dificuldades do acesso à cultura e ao desporto, no caso da generalidade da população portuguesa, apresentaram-se propostas para resolver as dificuldades específicas das pessoas com deficiência; 13- **Organismos públicos e sua ação específica**, reclamando uma maior participação das ONGPD nas decisões desses organismos; 14- **Movimento Associativo**, em que a tónica da discussão assentou na necessidade de ação conjunta e na responsabilidade da CNOD para se atingir os objetivos propostos e aprovados no Congresso.

 OBITUÁRIO



É com profundo pesar que a Delegação Distrital de Setúbal comunica o falecimento do seu ex-presidente José dos Santos Lopes, ocorrido no dia 25 de setembro. José dos Santos Lopes dedicou anos da sua vida à nossa associação, atuando com compromisso, ética e espírito de liderança. A sua contribuição foi fundamental para o crescimento e fortalecimento da Delegação Distrital de Setúbal, deixando um legado que jamais será esquecido. Tornou-se sócio em 1982 e, mais tarde, ainda na década de 80, tornou-se dirigente. Foi em 2004 que assumiu o cargo de presidente, função que desempenhou até à data do seu falecimento. A direção da Delegação Distrital de Setúbal e a Direção Nacional solidarizam-se com os seus familiares, amigos, e todos aqueles que tiveram o privilégio de conviver com o nosso antigo dirigente.

 NOTÍCIAS

OE2026 ignora pessoas com deficiência APD responde com propostas concretas



A APD apresentou à Assembleia da República um conjunto de propostas essenciais para garantir a defesa dos direitos das pessoas com deficiência no Orçamento do Estado de 2026. Num documento crítico e fundamentado, denuncia a falta de transparência na distribuição das verbas e a ausência de medidas específicas de apoio. Face a este cenário, reforça a necessidade urgente de ações claras e eficazes em áreas como a Segurança Social, acessibilidade, educação e habitação. Publicamos de seguida um excerto da proposta enviada à Assembleia da República.

«Da análise das despesas inscritas na Proposta de Orçamento para 2026, a primeira conclusão a retirar é que estamos perante uma proposta que peca pela falta de transparência, na medida em que apenas são apresentadas as despesas agregadas por grandes grupos das classificações funcional, económica e orgânica; mesmo no caso do subsetor Segurança Social, as despesas estão agregadas por grupos da categoria económica, não transparecendo em

nenhuma delas as despesas específicas de apoio social às pessoas com deficiência. Na realidade, não foi possível encontrar qualquer menção específica relativamente às pessoas com deficiência, subentendendo-se, no entanto, que o seu interesse foi tomado em consideração no âmbito das transferências de verbas para a eliminação de barreiras arquitetónicas e comunicação acessível, a financiar por fundos e programas europeus que se espera virem a ser concretizados no tempo de vigência do OE26.

Consequentemente, consideramos ser da máxima pertinência apresentarmos as nossas propostas de financiamento especificamente destinadas ao apoio social das pessoas com deficiência», nomeadamente nas áreas da Segurança Social e Prestações Sociais, antecipação da idade de reforma para as pessoas com deficiência, fiscalidade, educação, produtos de apoio, habitação e acessibilidade. O texto completo das propostas da APD pode ser consultado em: <https://www.apd.org.pt/propostas-da-apd-para-o-oe-2026/>

 LEGISLAÇÃO

Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira n.º 11/2025/M de 31 de julho

Apresenta à Assembleia da República a proposta de lei que estabelece um regime específico que adapta a idade de acesso à pensão de velhice para os residentes na Região Autónoma da Madeira, alterando o Decreto-Lei n.º 187/2007, de 10 de maio, que define e regula o regime jurídico de proteção nas eventualidades de invalidez e velhice do regime geral de segurança social, e o Decreto-Lei n.º 498/72, de 9 de dezembro, que aprovou o Estatuto da Aposentação.

Portaria n.º 280/2025/1 de 7 de agosto
Estabelece o regime de comparticipação do Estado aplicável aos tratamentos termais prescritos no Serviço Nacional de Saúde.

Despacho n.º 11077/2025, de 19 de setembro
Lista de produtos de apoio.

Resolução da Assembleia da República n.º 159/2025 de 20 de outubro
Recomenda ao Governo que facilite o acesso à habitação aos agregados familiares com membros com mobilidade reduzida.

Decreto-Lei n.º 116/2025 de 27 de outubro
Altera o Decreto-Lei n.º 37/2018, de 4 de junho, que cria o 1.º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação.

O “Será que Pod?” já está no ar

Projeto cofinanciado pelo Programa de Financiamento a Projetos do INR, I.P.



A Associação Portuguesa de Deficientes lançou o “Será que Pod?”, o *podcast* dedicado à acessibilidade e inclusão, com um novo episódio todas semanas. O último episódio desta série vai ser publicado a 3 de dezembro, numa emissão especial de comemoração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência.

O *podcast* da Associação Portuguesa de Deficientes “Será que Pod?”, cofinanciado pelo Instituto Nacional para a Reabilitação (INR), pretende levar à discussão questões práticas e políticas ligadas ao exercício pleno de cidadania por pessoas com deficiência. Ao longo dos episódios deste novo projeto da APD são exploradas várias dimensões da acessibilidade, como o acesso aos serviços públicos (barreiras físicas, de comunicação e acesso à informação), a educação inclusiva e a transição para a vida ativa, a mobilidade

urbana, o acesso ao desporto e à cultura, bem como o papel da representatividade e do empoderamento das pessoas com deficiência na transformação das políticas públicas e sociais.

Cada episódio junta pessoas com deficiência, especialistas, técnicos ou académicos numa conversa franca sobre as barreiras existentes e os caminhos possíveis para uma sociedade mais acessível. O objetivo é que o *podcast* não só informe, mas também promova a reflexão e a ação, apelando ao envolvimento dos cidadãos, das entidades públicas e privadas.

O “Será que Pod?” está disponível no site da APD, no Youtube, nas redes sociais e em plataformas de áudio, como o Spotify.

O primeiro episódio foi lançado no final de outubro, com um episódio novo sempre à quarta-feira, até dia 3 de dezembro.

Não perca, porque nós também não!



EDITORIAL

ENIPD 21-25 e sociedade inclusiva

O ano 2025 está a chegar ao fim e com ele a Estratégia Nacional para a Inclusão das Pessoas com Deficiência (ENIPD 2021-25), estando atualmente em preparação uma nova Estratégia, para a qual foram solicitados contributos à APD e outras ONGPD. Não sendo ainda conhecidas as taxas de execução das metas programadas para a ENIPD 21-25 e limitando-se essas metas à realização de determinados eventos, sem a correspondente avaliação do impacto sobre a efetiva inclusão na sociedade das pessoas com deficiência, decidimos dedicar este Editorial a uma reflexão sobre a ENIPD 21-25 na perspetiva de construção de uma sociedade inclusiva.

Segundo a ONU, uma sociedade é inclusiva quando valoriza a diversidade e garante que todos os membros tenham acesso equitativo a bens e serviços, com respeito pelas suas origens e modos de vida, promovendo, assim, um sentimento de pertença de cada indivíduo ao coletivo social. Segundo o Banco Mundial, a construção de uma sociedade inclusiva exige políticas de proteção social e investimentos em capital humano. Na perspetiva da Inclusion International (rede internacional de pessoas e organizações que defendem os direitos humanos de pessoas com deficiência intelectual) a política de construção de uma sociedade inclusiva não deve seguir uma estratégia para ajudar as pessoas a encaixarem-se no sistema e nas estruturas que existem nas nossas sociedades, mas, sim, uma estratégia de transformação desses sistemas e estruturas visando criar um mundo melhor para todos.

Analisando, nessa perspetiva, os principais diplomas legislativos que têm sustentado as políticas sobre as pessoas com deficiência, incluindo a sua efetiva aplicação e subsequentes resultados, é de concluir que, em Portugal, não existe uma estratégia sustentada para a inclusão.

Com efeito, uma estratégia para a inclusão exige políticas integradas para o desenvolvimento harmonioso das diversas dimensões da vida humana, em que, por exemplo, saúde combine com educação ou que saúde e educação combinem com emprego e habitação e em que estas diversas dimensões combinem com participação cívica e cultural. Ora, esta forma de planeamento não é praticada em Portugal, continuando-se a privilegiar a dimensão setorial plasmada na orgânica governamental, isto é, na divisão da responsabilidade governativa por ministérios que, frequentemente, se digladiam pela repartição de responsabilidades e de recursos, de que é exemplo o jogo do empurra entre os ministérios da Saúde e da Segurança Social a propósito da atribuição de fraldas.

No entanto, a ENIPD 21-25 foi um projeto ambicioso, composto por oito eixos estratégicos e contando com uma alargada participação de ONGPD e organizações públicas representativas de todas as áreas da governação que ficaram com o encargo de executar a ENIPD. Infelizmente, esta forma de organização não resultou, porque: a maior parte dos técnicos nomeados pelos ministérios para a execução da ENIPD não tinha formação específica sobre a problemática da deficiência; subsequentemente, não se conseguiu criar a dinâmica de cooperação necessária para definição de objetivos interrelacionados, convergentes e complementares numa lógica de construção da sociedade inclusiva (exemplo: como assegurar os necessários cuidados de saúde às pessoas com deficiência, quando o SNS não consegue assegurar a determinação constitucional «saúde para Todos»?). Por último, uma questão que nos atormentou foi o facto de não ter havido orçamentação da ENIPD; mas como orçamentar a confusão?

Helena Rato

Eleição dos corpos sociais da APD para o quadriénio 2025-2028



Orgãos Sociais Eleitos

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

- Presidente** Ana Luísa Martins Brito Sezudo
Vice-Presidente Luis Jorge Rodrigues Semedo de Matos
Primeira Secretária Maria Leonor Frazão Moniz Pereira da Silva
Segundo Secretário Gustavo Miguel Ferreira da Silva Marques
Suplente Vitor Hugo Cruz Trindade Cardoso

DIREÇÃO NACIONAL

- Presidente** Gisela Maria Capricho Valente
Vice-Presidente Maria Helena Cunha Rato
Secretário Albino Luís Fernandes Paulo
Tesoureira Magda Jesus Gomes Godinho
Vogal Álvaro Vitorino Amorosa Cartas
Vogal João Luís Rodrigues Gonçalves
Vogal Bruno Miguel Duque Lopes
Vogal Luis Filipe Simões Oliveira
Vogal Joaquim Manuel Cardoso
Vogal Iara Regina Rolim de Paula
Vogal João Manuel Ferreira Limões
Vogal Manuel António Neiva Vieira
Vogal Raul Jorge Fonseca Pereira
Suplente Carlos Fernando Cunha Dias
Suplente Lisa Manuela Bordalo Barata
Suplente Cláudio José Pedrosa Gomes
Suplente Carla Sofia Oliveira Ferreira

CONSELHO FISCAL

- Presidente** Ricardo José Batista Silva
Vogal Pedro António Fernandes Gonçalves
Vogal Maria da Paz Dargent Borges Coutinho
Suplente Pedro Manuel Tavares Faróia
Suplente Maria João Carrinho Ramos Caeiro

Cumprindo os requisitos estatutários, no passado dia 25 de outubro realizaram-se as eleições para os corpos sociais da APD. A estas eleições concorreu apenas a Lista A que apresentou um Programa Eleitoral sob o lema "Unir, Conhecer, Divulgar para Intervir". Com este lema pretendeu a Lista A reforçar a ideia da necessidade de União na Ação da Direção Nacional da APD com as suas Delegações e do conjunto das ONGPD na defesa dos direitos das pessoas com deficiência, sendo para isso necessário Conhecer a realidade em que vivem essas pessoas e, subsequentemente Divulgar esse conhecimento para se criar uma massa crítica de vontades dispostas a Intervir em prol da defesa dos direitos consagrados na Constituição da República Portuguesa e na Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Com base no lema, o Programa identifica seis linhas estratégicas orientadoras das linhas de ação a concretizar no decurso do mandato.

Principais linhas de ação

1. Defesa dos direitos legalmente consagrados

Para defender direitos é preciso conhecê-los e conhecer os casos e circunstâncias em que não são respeitados. Acontece que muitas pessoas não conhecem os seus direitos e a legislação que os consagra é, frequentemente, de difícil compreensão. Para ultrapassar esta dificuldade, pretendemos elaborar um dicionário dos direitos das pessoas com deficiência.

Para reivindicar o respeito de direitos é necessário saber que direitos não estão a ser cumpridos... Para aumentar a eficácia desta atuação, propomo-nos criar uma base de dados de incumprimento. Complementarmente, será criado um Gabinete de Queixas e Reclamações destinado a recolher informação, orientar lesados e alimentar a base de dados.

Divulgar para sensibilizar, alertar e intervir - As informações recolhidas deverão ser utilizadas para sensibilizar e alertar os responsáveis políticos, com destaque para a Secretária de Estado para a Inclusão, os Deputados da AR, a Provedoria da Justiça, a Presidência da República e o Mecanismo de Monitorização da Implementação da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

As informações serão igualmente divulgadas junto das instituições de cariz universitário, parceiras da APD, que realizam estudos e investigação

sobre a situação das pessoas com deficiência, a nível nacional, europeu e internacional, assim como junto da comunicação social, com destaque para o Jornal Associação, que deverá ter um papel dinamizador para a convergência na ação.

Com esta partilha de informação pretende-se, também, reforçar a cooperação da APD com as outras ONGPD, com vista à articulação de ações conjuntas de protesto e reivindicação.

2. Identificação, denúncia e propostas de correção dos diplomas legislativos que discriminam pessoas com deficiência em função de critérios contrários aos princípios da Convenção

Lei da reforma antecipada - continuar a campanha de reivindicação para que o direito à reforma antecipada seja aplicado a todos os trabalhadores com deficiência que tenham um grau de incapacidade igual ou superior a 60%.

Nova legislação e outros documentos governamentais

Tem-se verificado uma tendência a assimilar as pessoas com deficiência aos pobrezinhos, expandindo-se,

"Tem-se verificado uma tendência a assimilar as pessoas com deficiência aos pobrezinhos, expandindo-se, assim, a visão caritativa nos apoios prestados em detrimento da visão dos direitos humanos"

caminho para a discriminação das pessoas com deficiência em função do rendimento familiar. Diga-se de passagem, que este tipo de discriminação está já a ser aplicado relativamente a certos apoios, benefícios e prestações. Consideramos inaceitável este tipo de deriva e, portanto, faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para a contrariar.

3. Valorização financeira dos montantes das prestações e dos apoios sociais às pessoas com deficiência

(...) é necessária e urgente uma atualização efetiva das prestações e apoios devidos às pessoas com deficiência de forma a que cumpram o objetivo a que se propõem. Para isso propomo-nos criar um grupo de estudo que deverá incluir pessoas de outras ONGPD e entidades universitárias de investigação interessadas nesta temática, tendo por objetivo apresentar uma proposta sustentada para os valores mínimos de cada prestação e apoio social.

assim, a visão caritativa nos apoios prestados em detrimento da visão dos direitos humanos. Esta tendência, além de incorporar um retrocesso civilizacional na perspetiva de criação de uma sociedade inclusiva, abre

4. Ações de sensibilização sobre o impacto negativo da discriminação das crianças com deficiência no acesso à educação inclusiva

(...) questão transcendente que é urgente solucionar, porque nas crianças reside a esperança de um futuro melhor e porque a criança com deficiência tem direito a cuidados especiais e a educação de modo a poder crescer e a ter a maior autonomia de vida possível (Art.23º da Convenção dos Direitos das Crianças).

5. Gabinete IN(tegra)

Este Gabinete, criado no âmbito de um projeto cofinanciado pelo INR, tem procurado ajudar empresas a recrutar pessoas com deficiência e pessoas com deficiência a conseguir emprego. O trabalho realizado é meritório relativamente ao objetivo proposto, além de contribuir para um aprofundamento do conhecimento das causas que dificultam a empregabilidade das pessoas com deficiência. Consequentemente, consideramos dar continuidade à atividade do Gabinete IN(tegra).

6. Reforço da capacidade de intervenção da APD em prol da defesa das pessoas com deficiência

Este reforço assenta em quatro pilares, a saber: 1- Cooperação entre a Direção Nacional e as Delegações; 2- Interação com os sócios; 3- Promoção da imagem da APD; 4- Sustentabilidade Financeira.

Linhas estratégicas do plano de ação

1. Defesa dos direitos das pessoas com deficiência consagrados pela Constituição da República Portuguesa, a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência e outra legislação portuguesa que garanta esses direitos;
2. Identificação e denúncia dos diplomas legislativos que discriminam pessoas com deficiência em função de critérios contrários aos princípios da Convenção;
3. Desenvolvimento de ações orientadas para a valorização financeira dos montantes das prestações e dos apoios sociais às pessoas com deficiência;
4. Ações de sensibilização sobre o impacto negativo da discriminação das crianças com deficiência no acesso à educação inclusiva;
5. Gabinete IN(tegra) - continuação do trabalho desenvolvido por este Gabinete;
6. Reforço da capacidade de intervenção da APD em prol da defesa das pessoas com deficiência.

CONVOCATÓRIAS

Amadora

Ao abrigo da alínea c) do Artigo 39.º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea m) do Artigo 48.º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes, convoco a Assembleia Local da Amadora para o **dia 29 de novembro, pelas 14h00, sito na Praceta Beato Zeferino Jimenez 2A - 2700-866 Amadora**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Discussão e Aprovação do Plano de Atividades para 2026;
Ponto 2. Discussão e Aprovação do Orçamento para 2026;
Ponto 3. Informações.

Lisboa, 29 de outubro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Ana Luisa Martins Brito Sezudo

Braga

Ao abrigo da alínea c) do Artigo 39.º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea m) do Artigo 48.º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes, convoco a Assembleia Distrital de Braga para o **dia 29 de novembro, pelas 13h30, na Sede da Delegação, sita na R. do Raio 2-1º, 4700-921 Braga**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Discussão e Aprovação do Plano de Atividades para 2026;
Ponto 2. Discussão e Aprovação do Orçamento para 2026;
Ponto 3. Informações.

Lisboa, 29 de outubro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Ana Luisa Martins Brito Sezudo

Cascais

Ao abrigo da alínea c) do Artigo 39.º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea m) do Artigo 48.º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes, convoco a Assembleia Local de Cascais para o **dia 29 de novembro, pelas 14h00, na Sede da Delegação, sita na R. D. Luis da Cunha – Pai do Vento – 2755-283 Alcabideche**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Discussão e Aprovação do Plano de Atividades para 2026;
Ponto 2. Discussão e Aprovação do Orçamento para 2026;
Ponto 3. Informações.

Lisboa, 29 de outubro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Ana Luisa Martins Brito Sezudo

Castelo Branco

Ao abrigo da alínea c) do Artigo 39.º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea m) do Artigo 48.º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes, convoco a Assembleia Distrital de Castelo Branco para o **dia 29 de novembro, pelas 14h00, na Sede da Delegação, sita no Edifício da Junta de Freguesia de Cantar Galo 1º Andar – Rua da Fonte – 6200-405 Covilhã**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Discussão e Aprovação do Plano de Atividades para 2026;
Ponto 2. Discussão e Aprovação do Orçamento para 2026;
Ponto 3. Informações.

Lisboa, 29 de outubro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Ana Luisa Martins Brito Sezudo

Chaves

Ao abrigo da alínea c) do Artigo 39.º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea m) do Artigo 48.º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes, convoco a Assembleia Local de Chaves para o **dia 29 de novembro 2025, pelas 14h00, na sede da Delegação, sita na Urbanização Sá Taqueiro – Praceta Bernardin Ribeiro, Lj 3/4 – Aregos – 5400-115 Chaves**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Discussão e Aprovação do Plano de Atividades para 2026;
Ponto 2. Discussão e Aprovação do Orçamento para 2026;
Ponto 3. Informações.

Lisboa, 29 de outubro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Ana Luisa Martins Brito Sezudo

Figueira da Foz

Ao abrigo da alínea c) do Artigo 39.º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea m) do Artigo 48.º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes, convoco a Assembleia Local da Figueira da Foz para o **dia 29 de novembro, pelas 16h00, no Pavilhão Polidesportivo Municipal de Paião - sala APD, sito na Rua da Piscina, 3090-495 Paião**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Discussão e Aprovação do Plano de Atividades para 2026;
Ponto 2. Discussão e Aprovação do Orçamento para 2026;
Ponto 3. Informações.

Lisboa, 29 de outubro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Ana Luisa Martins Brito Sezudo

Leiria

Ao abrigo da alínea c) do Artigo 39.º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea m) do Artigo 48.º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes, convoco a Assembleia Distrital de Leiria para o **dia 29 de novembro, pelas 14h00, na Sede da Delegação, sita na Travessa Vieira de Leiria 15, 2430-276 Marinha Grande**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Discussão e Aprovação do Plano de Atividades para 2026;
Ponto 2. Discussão e Aprovação do Orçamento para 2026;
Ponto 3. Informações.

Lisboa, 29 de outubro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Ana Luisa Martins Brito Sezudo

Paredes

Ao abrigo da alínea c) do Artigo 39.º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea m) do Artigo 48.º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes, convoco a Assembleia Local de Paredes para o **dia 29 de novembro, pelas 14h00, na sede da Delegação, sita no Bairro “O Sonho” – R. Francisco Teixeira do Couto, Bl. 5 – C/V, 4580 Paredes**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Discussão e Aprovação do Plano de Atividades para 2026;
Ponto 2. Discussão e Aprovação do Orçamento para 2026;
Ponto 3. Informações.

Lisboa, 29 de outubro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Ana Luisa Martins Brito Sezudo

Porto

Ao abrigo da alínea c) do Artigo 39.º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea m) do Artigo 48.º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes, convoco a Assembleia Distrital do Porto para o **dia 29 de novembro, pelas 14h00, na Sede da Delegação, sita na R. Cerco do Porto – Edifício 33, n.º 1057, 4300-122 Porto**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Discussão e Aprovação do Plano de Atividades para 2026;
Ponto 2. Discussão e Aprovação do Orçamento para 2026;
Ponto 3. Informações.

Lisboa, 29 de outubro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Ana Luisa Martins Brito Sezudo

São Miguel

Ao abrigo da alínea c) do Artigo 39.º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea m) do Artigo 48.º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes, convoco a Assembleia Local de São Miguel para o **dia 29 de novembro, pelas 14h00, na Sede da Delegação, sita na R. Bento José Morais 3, 9500-772 Ponta Delgada**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Discussão e Aprovação do Plano de Atividades para 2026;
Ponto 2. Discussão e Aprovação do Orçamento para 2026;
Ponto 3. Informações.

Lisboa, 29 de outubro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Ana Luisa Martins Brito Sezudo

Sede

Ao abrigo do n.º 3 do Artigo 19.º e para efeitos das competências definidas na alínea g) do Artigo 18.º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes, convoco a Assembleia Geral Ordinária para o **dia 20 de dezembro, pelas 13h30, na Sede Nacional, sita no Largo do Rato 1B, 1250-185 Lisboa**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Discussão e Aprovação do Plano de Atividades para 2026 da Delegação Distrital de Évora;
Ponto 2. Discussão e Aprovação do Orçamento para 2026 da Delegação Distrital de Évora;
Ponto 3. Discussão e Aprovação do Plano de Atividades para 2026;
Ponto 4. Discussão e Aprovação do Orçamento para 2026;
Ponto 5. Informações.

Lisboa, 3 de novembro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Ana Luisa Martins Brito Sezudo

Setúbal

Ao abrigo da alínea c) do Artigo 39.º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea m) do Artigo 48.º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes, convoco a Assembleia Distrital de Setúbal para o **dia 29 de novembro, pelas 14h00, na Sede da Delegação, sita na Rua Cândido Manuel Pereira, loja 1 – Mercado Municipal, 2835-414 Lavradio**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Discussão e Aprovação do Plano de Atividades para 2026;
Ponto 2. Discussão e Aprovação do Orçamento para 2026;
Ponto 3. Informações.

Lisboa, 29 de outubro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Ana Luisa Martins Brito Sezudo

Sintra

Ao abrigo da alínea c) do Artigo 39.º e dando cumprimento ao estabelecido na alínea m) do Artigo 48.º dos Estatutos da Associação Portuguesa de Deficientes, convoco a Assembleia Local de Sintra para o **dia 29 de novembro, pelas 14h00, na Sede da Delegação, sita na R. Mirita Casimiro 5, 2725-276 Mem Martins**, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto 1. Discussão e Aprovação do Plano de Atividades para 2026;
Ponto 2. Discussão e Aprovação do Orçamento para 2026;
Ponto 3. Informações.

Lisboa, 29 de outubro de 2025
A Presidente da Mesa da Assembleia Geral
Ana Luisa Martins Brito Sezudo

Nota: Se à hora marcada não estiver presente o número suficiente de associados para o seu funcionamento, a Assembleia terá início uma hora depois, qualquer que seja o número de sócios presentes.

Apelo aos sócios da APD

Queridos sócios, a APD e o jornal Associação precisam da vossa ajuda para continuar a defender os direitos das pessoas com deficiência. Assim, apelamos para que façam a regularização das quotas e a atualização dos dados pessoais.

. O pagamento de quotas é um ato simbólico de pertença à Associação, mas é também uma ajuda fundamental para a APD prosseguir a sua atividade.

. A atualização de dados é essencial para a divulgação das atividades e iniciativas da APD. Contacte-nos!

Participe na Vida Associativa da APD
http://www.apd.org.pt | info-sede@apd.org.pt | T 213 889 883

Atualize as suas quotas IBAN: PT50 0035 0675 0003 2886 4308 1



NOTÍCIAS

APD Porto

Julho

• 30 – APD Porto deu uma entrevista no programa "Ordem do Dia", do Porto Canal, cuja temática foi "Discriminação Contra Deficientes".

Setembro

• 20 – Passeio Anual ao Parque Ambiental do Buçaquinho, em Cortegaça, dirigido aos sócios, familiares e amigos.



Outubro

• 25 – Realizou as Eleições para os novos Corpos Sociais para o Quadriénio 2025/2028.



APD Setúbal

Setembro

• 12 – A APD Setúbal recebeu o candidato à Câmara Municipal do Barreiro pela Iniciativa Liberal. Bruno Barradas sentou-se à mesa da nossa delegação distrital, juntamente com os dirigentes, para discutir os problemas da cidade a nível de segurança e acessibilidades, além da integração de alunos com deficiência nas escolas.

Outubro

• 25 – Realizaram-se as eleições para eleger a nova direção da Delegação Distrital de Setúbal que contaram com a participação significativa dos nossos associados.



APD Leiria

Maio

• 22 – Participação nas comemorações do Dia do Município de Leiria.

Junho

• 1 – Participação na 7ª Gala do Desporto de Leiria.

• 2 – Participação na Mesa Redonda "Combate à Pobreza no Distrito de Leiria: um desígnio intersectorial e integrado".

• 5 – Participação no Plenário do CLAS de Leiria.

• 16 – Laço humano para chamar a atenção para a violência contra idosos.



Julho

• 11 – Participação na reunião do CLAS da Marinha Grande.

Desporto - O atleta Nuno Nogueira integra a Seleção de Portugal no Campeonato da Europa SUB23.

Setembro

• 6 – a nossa Equipa esteve presente na Festa do Desporto do jornal "Região de Leiria". A nossa equipa de basquetebol da APD pôde interagir com dezenas de crianças que quiseram experimentar as nossas cadeiras de rodas de desporto. Foi um momento muito alegre e divertido para eles e para todos nós.



Outubro

• 25 – realizaram-se as eleições para os novos Corpos Sociais APD – quadriénio 2025/2028.

APD Castelo Branco

Outubro



• 20 – A APD Castelo Branco comemorou o seu 24º aniversário, numa cerimónia onde também foi homenageado o Presidente cessante da União de Freguesias de Cantar Galo e Vila do Carvalho, Pedro Leitão, pelo humanismo, sensibilidade, apoio, contributo e amizade que sempre deu e teve para com a APD CB e para com as pessoas com deficiência.



AGENDA

APD Castelo Branco

Magusto

No dia 22 de novembro, vai realizar-se o Magusto para sócios da APD Castelo Branco e seus familiares.

Jantar de Natal

Em dezembro, ainda com data a definir, a APD Castelo Branco vai organizar um Jantar de Natal para sócios e seus familiares.

APD Leiria

Magusto

A 29 de novembro, a APD Leiria vai realizar o Convívio de Magusto.

APD Porto

Assembleia Distrital e Festa de Magusto

Informa-se que no próximo dia 29 de novembro a APD-Porto levará a efeito a Assembleia Distrital para apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2026. No mesmo dia realizará a Festa de Magusto.

APD Amadora

Visita às instituições da área da deficiência

Dia 3 de dezembro, por iniciativa da CMA, vai haver uma visita às

diferentes instituições da área da deficiência. Haverá um bolo alusivo ao Dia Internacional das Pessoas com Deficiência e oferta de mochilas aos sócios presentes.

Comemoração do Dia Internacional das Pessoas com Deficiência

Dia 6 de dezembro, às 15h00, a APD Amadora vai comemorar o Dia Internacional das Pessoas com Deficiência com um espetáculo, a ter lugar em auditório a confirmar, que irá contar com Danças de Salão, Sevilhanas, Grupo Folclórico, Grupo de Violas e Fado.

Convívio de Natal

Dia 20 de dezembro, às 15h30, a Delegação da Amadora da APD vai realizar um lanche convívio de Natal para os sócios e familiares nas suas instalações

APD Setúbal

Lanche Convívio de Natal

A Delegação Distrital de Setúbal da APD convida os seus associados e amigos a participar no Lanche Convívio de Natal, no dia 13 de dezembro, a partir das 15h00. Contamos com a presença de todos.



XXIV Torneio Internacional de BCR Lisboa Recebeu o Melhor do BCR Nacional e Internacional



Nos dias 28 e 29 de setembro, o Pavilhão Municipal Casal Vistoso acolheu o XXIV Torneio Internacional de Basquetebol em Cadeira de Rodas, uma iniciativa da APD que reuniu o melhor do BCR nacional e internacional. A competição contou com a APD-Lisboa, o campeão nacional GDD Alcoitão e as equipas espanholas Basketmi Ferrol e BSR AMIAB Puertollano, além da participação especial de jovens atletas do Belenenses e do grupo de dança SOULDANCE. O GDD Alcoitão destacou-se, ao vencer todas as partidas e conquistando o primeiro lugar.

A organização agradece o apoio da Câmara Municipal de Lisboa e de todos os envolvidos. O sucesso desta edição reforça o prestígio do torneio e evidencia o crescimento do desporto adaptado em Portugal, reafirmando o papel da APD na promoção da inclusão através do desporto.

Contamos consigo no XXV Torneio Internacional de BCR!



Já está aí o livro que fala de inclusão através do desporto

“Desporto adaptado & Inclusão” é um livro que pretende reforçar o conhecimento e a disseminação de práticas inclusivas através do desporto adaptado. Uma obra coordenada por António Rosado, Professor Catedrático de Ciências do Desporto, Psicologia e Pedagogia do Desporto, e Nuno Januário, especialista em Desporto Adaptado e Metodologia do Ensino, ambos da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa.

Mapa de Inclusão Desportiva

Para quem quer começar e não sabe onde praticar desporto adaptado, o Mapa de Inclusão Desportiva é o ponto de partida ideal. Esta plataforma online permite encontrar clubes e instituições em todo o país, por modalidade ou localização. Descobre onde praticar e dá o primeiro passo para uma vida mais ativa e inclusiva: <https://paralimpicos.pt/mapa-inclusao-desportiva>

FC Porto aposta no Basquetebol em Cadeira de Rodas

O FC Porto lançou-se esta época no desporto adaptado ao criar a sua secção de basquetebol em cadeira de rodas, num projeto resultante da união com o Basket Clube de Gaia.

Vem Praticar Desporto Adaptado!

A APD Lisboa lançou a campanha “Vem praticar desporto adaptado” para atrair novos atletas com deficiência, de todas as idades e géneros. A iniciativa assenta em três pilares: inclusão e lazer; desenvolvimento físico e intelectual, com impacto positivo na autoestima; e competição de alto rendimento. “O desporto vai mudar a tua vida. Não tenhas medo — vem até nós e agarra esta fantástica oportunidade de ser feliz!”, apela Bruno Lopes, coordenador nacional de desporto da APD.



BCR destaca-se no Dia Paralímpico Jovem 2025

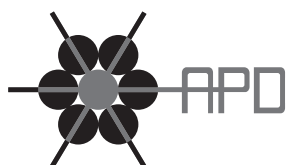


Dia 11 de outubro, o Comité Paralímpico Português organizou o Dia Paralímpico Jovem 2025 no CDC de Matosinhos, contando com dezenas de participantes e 18 modalidades em demonstração — entre elas o Basquetebol em Cadeira de Rodas que brilhou com atletas como Pedro Bártolo, Mamadu Djaló e Gustavo Carvalho, assim como o selecionador nacional sub-23 de BCR, Ricardo Vieira, que estiveram presentes para mostrar a modalidade e incentivar os jovens à prática.

GDD Alcoitão conquista Supertaça de BCR



O GDD Alcoitão sagrou-se vencedor da Supertaça de Basquetebol em Cadeira de Rodas ao bater o APD Braga por 57-36, garantindo o primeiro troféu da temporada e a terceira Supertaça da sua história.



ASSOCIAÇÃO

Diretora Helena Rato | Propriedade, Redação, Edição e Publicidade APD - Associação Portuguesa de Deficientes
Largo do Rato 1B, 1250-185 Lisboa, tl. 213 889 883/4, fax. 213 871 095, NIF 501 129 430, Registo ICR 105 717 | Redação, Design e Paginação
Formiga Amarela - Oficina de Textos e Ideias Lda. - R. Bernadim Ribeiro 4, 2760-016 Caxias | Impressão Empresa Gráfica Funchalense SA - R. Capela
da Nª Senhora da Conceição 50, 2715-028 Pêro Pinheiro | Assinatura anual (4 meses: 2€) Depósito Legal 2667/89 | Tiragem 13 500 exemplares
Estatuto Editorial: <https://www.apd.org.pt/comunicacao/jornal-apd>

